

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. JHC)

Revoga o §2º da Lei 4.737 de 15 de julho de 1965 para alterar o uso do quociente eleitoral como cláusula de exclusão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o §2º do Art. 109 da Lei 4.737 de 15 de julho de 1965.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O §2º do Art. 109 do Código Eleitoral trata do quociente eleitoral como cláusula de exclusão. Em termos práticos, exclui do processo eleitoral o partido – ou coligação – político que não atingir o quociente eleitoral.

Tal medida tem limado do debate político siglas que invariavelmente representam parcela minoritária da população, representação essa que atende ao princípio da pluralidade.

O Brasil possui uma população extremamente heterogênea, e assim deve ser sua representatividade política. O quociente

eleitoral, como cláusula de barreira, impede que candidaturas com menor estrutura econômica possuam viabilidade política, retirando do debate as ideologias que têm grande representatividade junto à população.

No aspecto técnico, tem-se que a cláusula de exclusão não faz parte da maior média (Código Eleitoral, Art. 109, I e II), utilizada para repartir vagas não preenchidas pelo quociente partidário. A cláusula de exclusão do §2º do art. 109 do Código Eleitoral se encontra apenas associada à fórmula da maior média, não sendo um elemento integrante ou essencial, daí porque a exclusão dessa cláusula assegura o processo majoritário, isto é: prestigiando os partidos – e coligações – que lograram maior votação, porém prestigia a candidatura que obteve volume significativo de votos, terminando mitigar o odioso efeito “puxador de votos”, impedindo que candidatos que obtiveram votação irrisória sejam alçados ao cargo eletivo.

A manutenção da cláusula de exclusão, portanto, fere de morte o pluralismo político, pois impede que correntes minoritárias de pensamento possam, um dia – e diante da dinâmica social -, tornar-se maioria, pois essa cláusula institui uma reserva absoluta de vagas para os partidos que lograram o quociente eleitoral.

Não há, portanto, um processo eleitoral vigoroso e capaz de avançar sobre o *status quo*, mas apenas ratifica a consolidação dos partidos que conseguiram atingir o quociente eleitoral, tornando a disputa eleitoral uma ficção para os partidos atingidos pelos efeitos do §2º, Art. 109: não há espaço para diversidade

A revogação proposta pela proposição em tela terá como efeitos práticos os seguintes:

- Todos os partidos políticos, independentemente do quociente eleitoral, poderão participar da distribuição das vagas que são distribuídas pela fórmula da maior média;
- Com a participação de todos os partidos na distribuição das vagas, prevalecerá a diversidade de opiniões no Parlamento, e não maiorias parlamentares fabricadas, ou seja, maiorias relativas convertidas em maiorias absolutas;

- Os pequenos partidos não precisarão se coligar para participar da repartição das vagas;
- Os pequenos partidos conquistarão mais filiados, uma vez que o cidadão-eleitor não precisará se filiar a um grande partido para conquistar um mandato eletivo;
- O jogo de forças nas casas legislativas assumirá uma nova feição, sendo assegurado aos pequenos partidos o direito fundamental de influir e participar da composição das Mesas, relatoria de projetos, presidência de Comissões, etc;
- Com um maior número de representantes no Congresso Nacional, os pequenos partidos terão mais recursos do fundo partidário e mais tempo no rádio e na televisão, o que lhes proporcionará, em consequência, um crescimento institucional e um maior número de votos nas eleições subsequentes.

Assim, por entender que a proposição em tela prestigia o pluralismo de ideias tão caro à Constituição, submeto esta proposta à Câmara.

Sala das Reuniões, em de março de 2015.

Deputado JHC